



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o empreendimento “Implantação do Aterro da Central de Tratamento de Resíduos-CTR Palmeiras”, de responsabilidade da Piracicaba Ambiental, realizada no dia 29 de abril de 2015, às 17 horas, no Clube Recreativo e Cultural de Iracemápolis - CRECI, Rua Antônio Joaquim Fagundes, 185, Centro, Iracemápolis/SP.**

Realizou-se no dia 29 de abril de 2015, às 17 horas, no Clube Recreativo e Cultural de Iracemápolis - CRECI, Rua Antônio Joaquim Fagundes, 185, Centro, Iracemápolis/SP, a Audiência Pública sobre o empreendimento “**Implantação do Aterro da Central de Tratamento de Resíduos-CTR Palmeiras**”, de **responsabilidade da Piracicaba Ambiental, (Processo 01/00194/13)**. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo **Germano Seara Filho** declarou que, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Patricia Iglecias, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Francisco Rogério Vidal e Silva, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Piracicaba; Giovana Maria Alves da Silva, Diretora da Divisão de Vigilância Epidemiológica e Sanitária de Iracemápolis; Murilo Basso Nolasco, Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Iracemápolis; Valdir Alvarinho, Coordenador de Planejamento da Prefeitura Municipal de Iracemápolis; e João Sidney Perissoto, Coordenador da Defesa Civil do Município de Iracemápolis –, do Poder Legislativo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Willian Ricardo Mantz, Vereador pelo Município de Iracemápolis –, das organizações da sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Ricardo Scuracchio, representante do Instituto de Pesquisas e Reaproveitamento de Resíduos Sólidos-INPRES –, do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado de São Paulo, dos órgãos públicos, da Polícia Militar Ambiental, de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente, das entidades ambientalistas, enfim a todos que compareceram a esta audiência pública sobre o empreendimento “Implantação do Aterro da Central de Tratamento de Resíduos-CTR Palmeiras”, de responsabilidade da Piracicaba Ambiental (Processo 01/00194/13). Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos para que opinem, formulem indagações, ofereçam contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para a melhoria dos estudos, projetos ou propostas apresentadas. Esclareceu também que seu papel nas audiências é completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de modo totalmente isento, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA NORMATIVA 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte da audiência tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre eles. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que representam o Poder Executivo, e, em seguida, daqueles que representam o Poder Legislativo. Informou que a Mesa Diretora de Trabalhos era, na ocasião, composta por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, e pelo engenheiro civil Alfredo Rocca, representante do Departamento de Avaliação Ambiental de Processos e Projetos da CETESB, a quem convidava para compor a também integrá-la. Em seguida o administrador de empresas **Claudionor Siqueira de Lira**, gerente administrativo da Piracicaba Ambiental S/A, apresentou breve histórico do empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, após o que a mestre em geociências **Cilene Novaes de Ziguia**, representante da Ziguia Engenharia Ltda., empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos que ele promoverá, principalmente nos recursos hídricos e nos meios

Página 1 de 3



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

físico, biótico e antrópico, e das medidas de mitigação que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Antes de adentrar a seguinte etapa da audiência, o engenheiro **Alfredo Rocca** explicou que a audiência pública inaugurava o processo de licenciamento, e que se destinava essencialmente a propiciar o esclarecimento de dúvidas e permitir a coleta de informações e proposições que possam vir a aprimorar os estudos realizados. A esta etapa – acrescentou – se seguirá uma vistoria que tem por escopo a averiguação *in loco* de aspectos específicos do empreendimento, e por ocasião da qual são solicitadas melhores e maiores informações a seu respeito e requeridas as medidas consideradas necessárias. Uma vez cumprida a contento essa etapa – arrematou –, e verificada ainda a obtenção de todos os documentos e certidões dos órgãos intervenientes no procedimento, emite-se parecer favorável ao projeto, que por sua vez é encaminhado ao CONSEMA. Submetido ao Conselho e havendo sido por este aprovado, completou, é concedida a licença a licença prévia ao empreendimento. **Ricardo Scuracchio**, representante do Instituto de Pesquisas e Reaproveitamento de Resíduos Sólidos-INPRES, celebrou o empreendimento em discussão, enfatizando aquelas que entendia como suas mais proeminentes virtudes. Comentou que esse era o momento propício para se aprofundar a análise de alguns aspectos do projeto, muito embora reconhecesse inegável em todo o procedimento licenciador a marca da transparência. Mencionou a propósito a questão dos preços praticados como também da tecnologia adotada, enaltecendo o esforço do município de Piracicaba e de toda a região no estímulo à geração de empregos. Informou que se prevê seja realizada ampla publicidade do projeto, que os secretários de meio ambiente e demais autoridades terão pleno acesso às informações a respeito, e destacou tratar-se de o CTR Palmeiras de projeto inédito em seu porte no país. Ponderou que hoje a cidade de São Paulo produz cerca de 2kg de lixo por habitante ao dia, que no interior esses números vem crescendo, e anunciou a intenção de implantar em Iracemápolis, em convênio com a Prefeitura Municipal de Piracicaba, centros tecnológicos destinados a levar a efeito o ideal de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo gerando empregos à população hipossuficiente e provendo ao reaproveitamento do material reciclável. Terminou instando a todos a que apoiassem o projeto. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. **Willian Ricardo Mantz**, vereador pelo município de Iracemápolis, suscitou aspectos controvertidos do empreendimento, a partir do que requereu fossem detalhados os estudos de impacto num raio de dez quilômetros, estudos estes que restaram lacunosos nos anexos apresentados. Registrou também sua preocupação com a contaminação dos córregos do perímetro sob influência do aterro e, conseqüentemente, do próprio rio Piracicaba. Alertou para a presença de tanques percolados próximos a córrego que deságua neste rio, afetando assim a qualidade da água consumida no município de Piracicaba. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. **Giovana Maria Alves da Silva**, diretora da Divisão de Vigilância Epidemiológica e Sanitária de Iracemápolis, após justificar a ausência do secretário municipal de saúde, submetido a recente cirurgia e razão de sua presença nesta audiência pública, como também as ausências do prefeito municipal e do presidente da Câmara Municipal, ambos naquele momento em Brasília, parabenizou empreendedor e equipe consultora pelo projeto em debate, sem contudo deixar de corroborar com as questões colocadas pelo vereador Willian Mantz, as quais, declarou, acreditava seriam adequadamente atendidas. Festejou a mudança cultural por que passa o município naquilo que se refere ao lixo, e que tem levado a população, progressivamente, a compreender mais e melhor o que é o lixo e o que pode e deve ser reciclado. Discorrendo agora sobre assunto outro mas não menos importante, declarou que o município passa por situação emergencial, assim como diversas outras cidades do estado, relacionada à epidemia de dengue, e apelou para a colaboração da população com o trabalho exercido pelos agentes comunitários no controle do vetor, e fez votos de que o empreendimento em análise possa para tanto contribuir. **Murilo Basso Nolasco**, diretor de meio ambiente de Iracemápolis, relatou que em 2013, por ocasião da Expo-Ambiental, teve ocasião de fazer uma apresentação sobre resíduos sólidos, e que, se na época se falava em implantar-se um



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

aterro para atender ao município de Piracicaba, hoje o que ele próprio defendia era que esse empreendimento atendesse também aos municípios vizinhos. Comentou que Iracemápolis conta com um aterro pequeno e de difícil operação, e que certamente seria favorecida pela criação de uma nova alternativa de descarte do lixo, e parabenizou os empreendedores pelo projeto apresentado. **Francisco Rogério Vidal e Silva**, secretário municipal de meio ambiente de Piracicaba, tendo saudado os presentes, registrou sua gratidão por sediar-se essa audiência no município de Iracemápolis, e introduziu breve histórico do empreendimento. Relatou que este se insere no esforço de atendimento pleno à nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, e comentou que muitas vezes aquilo que a população vê como lixo é na verdade resíduo reciclável. O aterro em questão, sublinhou, embora tratado como sendo destinado a processar apenas aquilo que a nomenclatura oficial denomina rejeito, exerce importante papel no âmbito da reciclagem. Outrossim, propôs às autoridades presentes fosse realizada visita, em sua companhia, à sala de operações da unidade de tratamento, por sinal já concluída, ocasião em que serão oferecidos detalhes acerca de seu funcionamento. Pontuou que o que se busca com o CTR é aproveitar ao máximo o material inorgânico, aterrando-se apenas aquilo que, após tratamento mecânico e biológico, restar como rejeito final, e noticiou que a Mercedes Benz, com pátio junto ao aterro, manifestou interesse em utilizar-se do material processado para produzir energia para a própria fábrica. Ressaltou que a tecnologia adotada é de origem alemã, e reiterou o convite a uma visita à estação, bastante útil na compreensão dos processos adotados pelo empreendimento. Defendeu, uma vez mais à luz da Política Nacional, a adoção de soluções regionais para a questão do tratamento dos resíduos, e mencionou parcerias com cooperativas que trabalham com reciclagem. Passou-se à etapa em que tem lugar as réplicas e esclarecimentos do empreendedor e equipe consultora. **Cilene Novaes**, representante da Ziquia Engenharia Ltda., celebrou o acolhimento que o município deu ao projeto e abordou questionamento colocado pelo vereador Willian Mantz. Ponderou que as áreas de influência dividem-se em “direta” e “indireta”, a cada meio correspondendo uma específica área de influência, sendo que o raio de dez quilômetros refere-se aos impactos climatológicos. Destarte, acrescentou, é importante que as questões sejam encaminhadas em termos precisos, por escrito, de modo a que se possa respondê-las de forma mais completa e detalhada, e observou que sua apresentação tivera por foco apenas o aterro sanitário, eis que este era o objeto dos estudos de impacto ambiental, e colocou-se à disposição dos interessados para maiores esclarecimentos. Passou-se às considerações finais do engenheiro civil **Alfredo Rocca**, representante do Departamento de Avaliação Ambiental de Processos e Projetos da CETESB. Este chamou a atenção para o fato de que a CETESB, enquanto órgão licenciador, busca manter posicionamento isento com relação aos empreendimentos, e ressaltou que era de fato impossível o licenciamento apenas do aterro, em apartado, posto que a Política Nacional de Resíduos Sólidos determina que se recupere tanto quanto possível os resíduos. Assim sendo, e tendo em vista a conformidade e adequação do projeto, integralmente alinhado à Política Nacional, entendia não haver razão fundada para rejeitar que a obra não atendesse aos melhores parâmetros ambientais. O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, diretamente à CETESB, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome da Secretária de Estado do Meio Ambiente, Patricia Iglecias, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Gerson Cotrim Filiberto**, executivo público lotado no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.